

Entrevista sobre a Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo (BEC/SP) com a professora Maria de Fátima Alves Ferreira



◀ Entrevista com o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes sobre compras públicas

Entrevista sobre a Gestão de Indicadores em Compras Públicas com o professor Gilberto Porto ▶

Mostrar respostas aninhadas



Entrevista sobre a Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo (BEC/SP) com a professora Maria de Fátima Alves Ferreira por Eduardo Paracêncio - quarta, 14 Jun 2017, 07:29

(14/06/2017) Na vigésima terceira entrevista exclusiva para a Comunidade de Prática de Compras Públicas da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a professora Maria de Fátima Alves Ferreira falou sobre o Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo (BEC/SP). As perguntas foram elaboradas pela Especialista Sênior em Gestão Fiscal e Municipal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ana Lúcia Dezolt.

Lançada em 2000, a BEC/SP se tornou referência em compras eletrônicas. Como surgiu a iniciativa?

A BEC foi idealizada a partir de experiência do então coordenador da área, Walter Soboll, adquirida quando trabalhou na Bolsa de Cereais, introduzindo para as compras do estado o conceito de *commodities*.

A implantação da BEC teve o apoio de outra experiência – nacional/internacional?

A implantação contou com o apoio da Procuradoria Geral do estado para interpretar a legislação existente, que não contemplava a hipótese do uso de tecnologia da informação nas compras públicas. Contou também com grupo de estudos no governo paulista e palestras de consultorias sobre comércio eletrônico para apoiar o desafio da inovação pretendida, já que não havia histórico de outra iniciativa nesse sentido no Brasil.

Considerando 16 anos de funcionamento, quais foram/são os principais desafios?

Os principais desafios foram a mudança cultural, a quebra de paradigma, a inclusão digital dos usuários e o volume de compras do estado que não podia parar.

Como a BEC/SP se estruturou para o atendimento das várias demandas do estado (principalmente saúde, educação e segurança pública)?

O sucesso da implantação foi a estratégia adotada com cronograma rígido de acompanhamento, treinamento e suporte técnico para os usuários que encontraram na equipe técnica o apoio para garantir a segurança necessária para operar o sistema na sua unidade operacional.

A BEC/SP atende também vários municípios do estado de São Paulo. Como se deu este processo de ampliação de usuários?

Diante do sucesso alcançado nas compras governamentais, o governo entendeu que o sistema poderia ser utilizado pelas prefeituras paulistas, com o objetivo de proporcionar maior celeridade e economia nas compras públicas, otimizando os recursos orçamentários.

Como foi elaborado o projeto de avaliação de fornecedores?

O projeto de avaliação de fornecedores, desenvolvido com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem como objetivo registrar em ficha específica, preenchida pelas unidades compradoras, questões sobre o recebimento do bem ou serviço. O resultado desse questionário é apurado eletronicamente, quando é atribuída uma nota, momento em que o fornecedor passa a integrar um *rating* do estado. A iniciativa será objeto de disciplina por parte da Procuradoria Geral do estado.

Quais funcionalidades da BEC você considera diferenciadas em relação a outras bolsas eletrônicas?

São várias: o catálogo de produtos que conta com requisitos de pesquisa e de informações técnicas, busca regionalizada e informações sobre as compras do governo, com preços médios para apoiar os usuários; o painel de fornecedores do estado, que provê aos fornecedores cadastrados informações sobre o comportamento de suas vendas e de prestação de serviço, com gráficos, além de permitir, em um único ambiente, que o fornecedor visualize as ofertas de compras do estado para o procedimento de dispensa de licitação e modalidades de licitação convite e pregão, todos eletrônicos. Essa iniciativa recebeu o prêmio e- Gov Nacional.

Conte-nos sobre o CADTERC – Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados.

Os estudos técnicos de serviços terceirizados têm como objetivo divulgar as diretrizes para contratações de fornecedores de serviços terceirizados pelos órgãos da administração pública estadual, com padronização de especificações técnicas e valores limites (preços referenciais) dos serviços mais comuns, levando em consideração critérios de relevância e risco na contratação. Conta atualmente com 18 estudos divulgados e preços específicos, com detalhamento dos insumos que compõem a descrição do serviço a ser contratado, orientações para elaboração de minutas de editais e contratos, que podem ser acessados pelo endereço eletrônico www.cadterc.sp.gov.br.

Quais indicadores de gestão utilizados considera mais importantes? Há indicadores de transparência do gasto?

A Coordenadoria implantou o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da BEC/SP – ISO 9001:2008, destinando ao Departamento de Qualidade e Pesquisas a gestão desse sistema, cujo objetivo é o aperfeiçoamento contínuo de suas atividades. Os principais indicadores são: volume de itens negociados; volume de usuários estaduais; número de fornecedores; competitividade; percepção dos usuários; satisfação dos colaboradores. No quesito transparência do gasto, as informações sobre o monitoramento das negociações contam com detalhamento por ano, mês, tipo de procedimento, valor negociado e economia auferida, além do acompanhamento da Corregedoria Geral da Administração (CGA), que produz o índice de utilização da BEC/SP pela Administração Pública.

Do seu ponto de vista, quais os principais riscos associados a compras eletrônicas?

Trata-se de um sistema de alta disponibilidade e, portanto, o monitoramento por parte da equipe técnica é de fundamental importância, contando com indicadores de gestão que colaboram para mitigar riscos de operação da BEC/SP e orientam a forma de atuar no caso de fato superveniente vir a ocorrer. Cerca de 200 negociações são realizadas por dia.

Como a experiência da BEC pode ser aproveitada por outros estados/países?

Os dados disponibilizados na BEC podem colaborar com estudos e análises por parte de consultores, formadores de opinião e pela sociedade, pois destinam ampla transparência sobre compras públicas paulistas.

Maria de Fátima Alves Ferreira – Foi Coordenadora da Coordenadoria de Compras Eletrônicas e de Entidades Descentralizadas, na Secretaria da Fazenda, responsável pela Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo (BEC/SP) e pelo acompanhamento das entidades descentralizadas. Formada em Administração de Empresas, pós-graduada em Controladoria Governamental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com especialização em Administração Pública pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA). Atua na gestão de projetos internacionais financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e participa de grupos de trabalhos no âmbito do governo do Estado de São Paulo voltados para a modernização da área de compras governamentais e regulamentação de licitações sustentáveis. Coordenadora do Grupo de Trabalho Qualidade do Gasto no âmbito do Grupo de Gestores Financeiros do Brasil. Possui, ainda, ampla experiência em reorganização administrativa e implantação de novos projetos de governo. Docente na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), escola de governo do estado de São Paulo, na área de gestão de suprimentos, cursos presenciais e a distância.

Ana Lúcia Dezolt – Especialista Sênior em Gestão Fiscal e Municipal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil desde 1994, é responsável atualmente pela supervisão de projetos de modernização da gestão fiscal em estados brasileiros. Com atuação transversal aos temas fiscais e municipais, realizando no Brasil a interlocução setorial com o governo brasileiro sobre o tema de compras, membro do grupo de análise de temas sobre PPPs e do grupo de reengenharia de processos do Banco. Áreas de trabalho: gestão de compras; revitalização de áreas históricas; descentralização e capacidade institucional; administração tributária e finanças públicas; desenvolvimento de pessoas e gestão do conhecimento. Possui trabalhos publicados em finanças públicas e gestão por resultados. Foi professora de Relações Econômicas Internacionais no Instituto Rio Branco/Ministério das Relações

Exteriores e consultora para a Série de Política Fiscal da Comissão Econômica para América Latina e Caribe/Cepal, realizada em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Ipea (1989/1994). É economista graduada pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduada em psicologia pela Universidade do Centro de Estudos Universitários de Brasília (Uniceub), mestrado em economia incompleto pela UnB, e especialização em avaliação e gestão de projetos (BID).

◀ Entrevista com o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes sobre compras públicas

Entrevista sobre a Gestão de Indicadores em Compras Públicas com o professor Gilberto Port



Voltar para o início da comunidade ➡

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP



 Brasil - Governo Federal